

tecnic

RELATÓRIO E CONTAS

2012



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
BALANÇO	18
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	22
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	24
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	27
ANEXO.....	29
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	47
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	49



RELATÓRIO DE GESTÃO



EX.^{MOS} SENHORES ACCIONISTAS DA H-TECNIC CONSTRUÇÕES, S.A.:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Ex.^{as} o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

RELATÓRIO DE GESTÃO

2012

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

1.1 A nível internacional

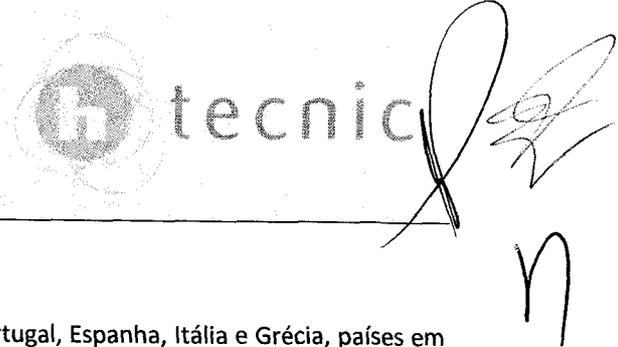
Após quatro anos da eclosão da crise financeira global, a economia mundial continua a registar crescimentos modestos, suportados pelos crescimentos das economias emergentes e dos países em vias de desenvolvimento (embora se registre abrandamento do crescimento em 2012), perspectivando-se um crescimento mundial de 3,2% em 2012 (face a 5,1% em 2010 e 3,9% em 2011) de acordo com o FMI.

A economia dos países emergentes e em vias de desenvolvimento cresceu cerca de 5,1% em 2012 (face a 6,3% em 2011), suportado pela China, Índia, América Latina e África Subsariana.

A economia dos países desenvolvidos cresceu apenas 1,3% em 2012, reflectindo os problemas da crise da dívida soberana da Zona Euro e as incertezas acerca das medidas de consolidação orçamental dos Estados Unidos da América.

A economia dos Estados Unidos cresceu cerca de 2,3% em 2012 (face a 1,8% em 2011), de acordo com o FMI, baseada na melhoria da confiança dos consumidores (suportada pela estabilização do mercado imobiliário dos EUA e pela diminuição do desemprego).

Em 2012, a contracção da economia da área euro em 0,4%, de acordo com o FMI, adiou as expectativas de recuperação da actividade económica. O crescimento da Europa permanece fraco e algumas economias mais



pequenas continuam a sofrer reestruturações intensas (tais como Portugal, Espanha, Itália e Grécia, países em que o reforçar das posições orçamentais exerceu algumas contrariedades ao crescimento). A turbulência nos mercados europeus é justificada (i) pelas questões de dívida soberana e suas influências no processo de desalavancagem do sector bancário na economia real, (ii) pelo impacto das medidas de consolidação orçamental e (iii) pelo abrandamento da procura externa. Os planos para reforçar posições orçamentais, são susceptíveis de exercer algumas contrariedades ao crescimento.

A situação actual continua a ser marcada por uma elevada incerteza e por riscos significativos para a estabilidade financeira. Na área euro, é necessário que sejam reforçados e implementados os compromissos assumidos em 2012, de forma a assegurar uma maior integração financeira, económica e orçamental e a criação dos mecanismos necessários para interromper os efeitos de interacção entre risco soberano e estabilidade financeira.

Continua a subsistir o receio de contágio da necessidade de apoio financeiro da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional a outras economias, em particular a Espanha e Itália.

Observa-se que a economia global está em transição de uma fase de recuperação económica para um período de crescimento mais lento, porém mais sustentável. Enquanto o crescimento na maioria dos países em desenvolvimento se debate com as limitações da sua capacidade produtiva, o crescimento nas economias desenvolvidas da Europa e Ásia Central é dificultado pelas reestruturações que estão em curso - as políticas a adoptar deverão afastar-se do estímulo da procura de curto prazo em detrimento de políticas e medidas estruturais que promovam novos empregos e aumentem o potencial de oferta das economias.

1.2 A nível nacional

As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa têm sido um traço dominante ao longo da última década, sendo o reflexo do desequilíbrio entre os níveis de poupança e investimento internos e da política orçamental de carácter expansionista. No ano de 2011, com o agravamento das condições de financiamento da dívida externa, a economia portuguesa foi marcada pela interrupção do acesso a financiamento de mercado e pelo início do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) em Abril desse ano.

O PAEF engloba um quadro de financiamento estável para o período 2011-2014 e uma estratégia de ajustamentos dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial de




crescimento, que inclui um conjunto de reformas estruturais destinadas a promover a competitividade da economia portuguesa, a consolidação durável das contas públicas e a estabilidade do sistema financeiro.

Este processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados na economia portuguesa traduziu-se, em 2012, numa queda de 3,2% do PIB, reflectindo a contracção de todas as componentes da procura interna, parcialmente compensada por um crescimento das exportações de bens e serviços. A deterioração económica da área euro e o alastramento da crise da dívida soberana a outros países da área euro acentuou o declínio da economia portuguesa.

O consumo privado diminuiu 5,5% em 2012, prevendo-se uma contracção de 3,6% em 2013 devido à forte deterioração do rendimento disponível das famílias. O consumo público diminuiu 4,5% em 2012, prevendo-se uma contracção de 2,4% em 2013. Também, o contributo da Formação Bruta de Capital Fixo para o crescimento do PIB deverá ser negativo devido à quebra do investimento (contracção de 14,4% em 2012 e 8,5% em 2013).

Assim a procura interna diminuiu 6,9% em 2012, prevendo-se uma contracção de 4% em 2013, evolução que determina a contracção das importações (6,9% em 2012 e 3,4% em 2013).

Por seu turno, as exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento significativo, 4,1%, em linha com a evolução da procura externa, antecipando-se um crescimento em torno de 2% para 2013. O aumento das exportações reflecte um redimensionamento dos produtores de bens exportados, uma maior diversificação geográfica e uma melhoria dos custos relativos.

Em 2012, a inflação ascendeu a 2,8% (prevendo-se 0,9% em 2013). Esse abrandamento dos preços reflecte a dissipação dos efeitos do aumento da tributação indirecta e dos preços dos bens administrados registados no início de 2012.

O emprego irá continuar a contribuir negativamente para o crescimento do PIB nos próximos anos, continuando a ser particularmente expressivo (16,9% em 2012). Esta evolução expectável para o emprego será comum aos sectores privados e público (em linha com a redução do número de efectivos das Administrações Públicas).

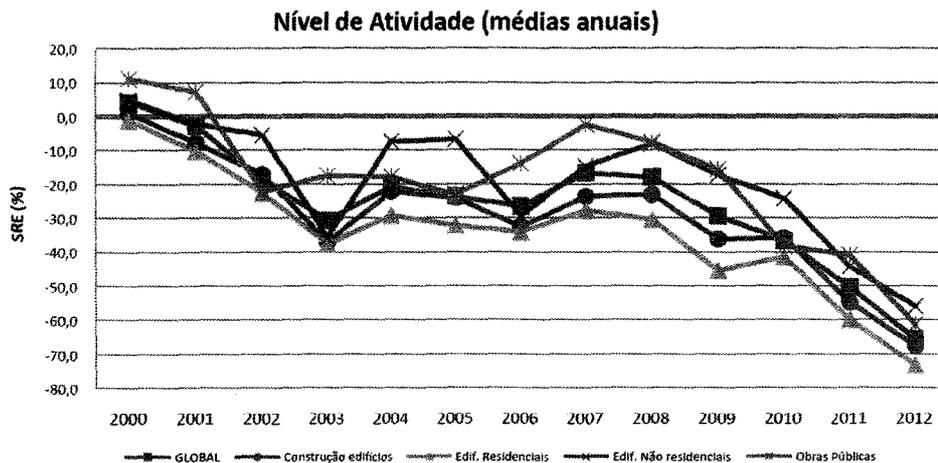
A avaliação da execução do PAEF pela União Europeia e pelo FMI, o regresso de Portugal aos mercados financeiros e a diminuição do prémio de risco de Portugal revelam que o programa tem sido globalmente

cumprido, consubstanciando-se numa consolidação orçamental estrutural sem precedentes e no processo de desalavancagem e reforço de solvabilidade do sector bancário.

1.3 No sector da Construção Civil e Obras Públicas

Em 2012, o Sector de Construção regista o decréscimo mais acentuado dos últimos anos, estimando-se que a quebra verificada possa rondar os 15,5%. A produção de 2012 representa cerca de 50% da produção registada em 2000.

Os níveis de produção do sector registaram, em 2012, um decréscimo bastante acentuado, em resultado das fortes quebras de produção não apenas da habitação (quebra de 20%) mas também das obras de engenharia civil (quebra de 15%) e do segmento de edifícios não residenciais (quebra de 125%), concluindo-se que o ano que terminou terá sido o pior desde 2000:



Fonte: Inquérito Mensal à Atividade AECOPS/FEPICOP/UE

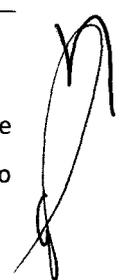
Conclui-se que o sentimento dos empresários sobre a evolução da conjuntura do Sector registou a mesma variação, com níveis de confiança muito pessimistas devido à quebra de encomendas em carteira.

Analisando as expectativas para a evolução da produção por segmento observa-se que:

- O segmento da construção de edifícios residenciais tem sido violentamente penalizado pela crise financeira que se iniciou em 2008, devido ao impacto no sistema bancário, que se repercutiu directamente no mercado residencial, sobretudo pelas restrições impostas às famílias no acesso ao



financiamento para compra de habitação. Em 2012, estima-se uma quebra de 33% no número de fogos novos licenciados e uma quebra de 6,5% das obras de reabilitação, face a 2011 de acordo com o número de licenças emitidas.



- Também a produção do segmento de edifícios não residenciais volta a registar em 2012 um decréscimo em consequência da quebra verificada na componente privada. Esta quebra no investimento é explicada pela conjuntura económica, na qual muitos empresários optaram por adiar parte dos investimentos que estavam a planear efectuar.
- No segmento das obras públicas, as restrições impostas pelo Governo com vista à redução do défice orçamental conduziram a uma forte redução do investimento público em 2012, tendo-se verificado em consequência uma forte redução no montante dos concursos abertos em cerca de 61% em valor, face a 2011.

De acordo com a FEPICOP, este sector tem sido o que apresenta maior número de empresas insolventes a nível nacional, resultado da crise que se sente há mais de 10 anos. O número de insolvências de empresas de construção cresceu 42,3% em 2012.

Com a redução do número de empresas em actividade, também o emprego do sector da Construção tem vindo a diminuir de modo expressivo, 16,8% até Setembro de 2012. Em 2012, foi alcançado um novo máximo histórico no número de desempregados que provêm do Sector da Construção (cerca de 101 mil desempregados).

Apresenta-se em seguida a evolução dos principais indicadores da Construção Civil e Obras Públicas nos últimos anos:



INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA ANÁLISE DA CONJUNTURA DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS												
Indicador	Unidade	2008	2010	2011	1.º T112	2.º T112	3.º T112	4.º T112	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12
		var. anual			var. hom. Trimestral				var. hom. acumulada			
Indicadores Macroeconómicos												
PIB (INE - CNT)	v. real (%)	-2,0	2,5	-1,0	-2,3	-3,1	-3,5	-	-3,0	-	-	-
FBCF - Total (INE - CNT)	v. real (%)	-10,4	-1,5	-9,4	-13,0	-17,4	-14,2	-	-14,9	-	-	-
FBCF - Construção (INE - CNT)	v. real (%)	-7,5	0,3	-8,2	-13,0	-20,4	-21,6	-	-18,1	-	-	-
VB - Construção (INE - CNT)	v. real (%)	-6,5	0,9	-5,4	-10,6	-17,3	-18,4	-	-15,9	-	-	-
Tecido Empresarial												
Indicador Confiança (FEPICOP/UE)(Jan_00 = 100)(1)	%	-7,3	-12,7	-14,1	-14,1	-16,7	-25,2	-25,6	-18,6	-20,7	-20,8	-20,2
Carteira Encomendas (FEPICOP/UE)(Jan_00 = 100)(1)	%	-13,7	-21,7	-15,4	-4,9	-15,5	-43,8	-44,4	-21,7	-25,6	-26,6	-26,6
Situação Financeira Empresas (FEPICOP/UE)(1)	%	-7,9	0,4	-5,2	-20,9	-12,4	-16,3	-7,8	-16,6	-17,6	-16,7	-14,6
Emprego e Desemprego na Construção												
Nº Trabalhadores COP (INE - IE) (2)	milhares	505,6	482,5	440,3	387,7	374,7	355,7	-	372,6	-	-	-
Nº Desempregados da COP (IEFP)	milhares	61,3	70,9	73,8	93,4	95,9	97,4	-	97,9	100,1	101,4	-
Nº Trabalhadores COP (INE - IE) (2)	%	8,9	-4,6	-	-13,3	-17,7	-19,3	-	-16,8	-	-	-
Nº Desempregados da COP (IEFP)	%	67,1	18,6	1,4	26,1	33,1	39,5	-	32,4	32,8	32,5	-
Perspectivas de Emprego (FEPICOP/UE)(1)	%	-3,6	-7,6	-12,4	-15,7	-16,6	-16,2	-17,0	-16,2	-17,3	-17,2	-16,4
Produção da COP por Segmentos de Actividade												
Engenharia Civil												
Nível Actividade Obras Eng. Civil (FEPICOP/UE)(1)	%	-3,6	-16,5	-1,4	-17,9	-23,2	-18,9	-37,6	-17,3	-18,9	-19,0	-22,1
Valor Obras Públicas Promovido (FEPICOP/UE)(2)	%	-29,5	21,3	-29,7	-50,4	-61,3	-37,8	-19,2	-50,1	-43,9	-43,1	-38,7
Habitação												
Nível Actividade Edif. Habitação (FEPICOP/UE)(1)	%	-11,8	4,6	-23,6	-31,2	-15,2	-17,8	-37,4	-21,8	-25,1	-26,5	-25,2
Área Licenciada Edif. Habitação (INE-nº)	%	-36,1	-8,6	-20,0	-28,1	-29,8	-32,9	-	-29,9	-29,6	-29,7	-
Edifícios Não Residenciais												
Nível Actividade Edif. Não Residenciais (FEPICOP/UE)(1)	%	-4,3	-4,9	-16,5	-10,5	-14,1	-10,2	-18,8	-11,6	-12,8	-13,2	-13,5
Área Licenciada Edif. Não Residenciais (INE-nº)	%	-26,8	-14,4	-10,4	-28,7	-33,3	-33,5	-	-27,6	-24,8	-23,5	-
Produção Global												
Nível Actividade Global (FEPICOP/UE)(1)	%	-7,1	-5,3	-14,5	-21,5	-22,2	-13,2	-32,6	-19,0	-20,8	-21,6	-22,2
Consumo de Cimento (Cimpor, Beci, outros)	%	-15,4	-7,0	-15,1	-17,1	-29,9	-31,5	-29,3	-26,2	-25,1	-26,1	-25,9
A Construção Europeia												
Indicador Confiança Construção (UE - 27 países)	%	-21,8	6,2	2,3	0,8	-2,8	-4,2	-7,1	-2,1	-2,7	-3,2	-3,3
Indicador Confiança Construção (UE - Portugal)	%	-10,2	-10,5	-19,6	-25,8	-28,5	-29,0	-16,2	-30,1	-30,0	-28,8	-27,2
Carteira de Encomendas COP (UE - 27 países)	%	-28,3	3,6	7,0	9,1	-2,0	-5,3	-10,3	0,1	-1,1	-2,2	-2,5
Carteira de Encomendas COP (UE - Portugal)	%	-17,0	-14,9	-15,8	-32,9	-30,3	-26,9	-35,9	-41,7	-42,2	-41,3	-40,5
Perspectivas Emprego COP (UE - 27 países)	%	-16,4	9,2	-1,0	-4,5	-3,3	-3,3	-4,3	-3,7	-3,8	-4,0	-3,9
Perspectivas Emprego COP (UE - Portugal)	%	-6,4	-9,3	-21,4	-30,6	-23,1	-17,9	-6,7	-24,1	-23,7	-22,3	-20,4

Nota: Quadro construído com informação disponibilizada até 20 de Janeiro de 2013

(1) Indicador que resulta das opiniões dos empresários expressas no inquérito Mensal à Actividade realizado pela FEPICOP / UE

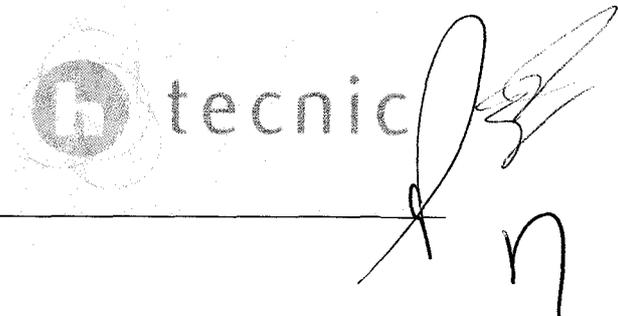
(2) A partir do 1º trimestre de 2009 os resultados do emprego da construção são divulgados segundo a CAE Ver. 3.1. As variações homólogas de 2008

resultam da comparação entre resultados de 2007 (CAE Rev. 2.1) e os de 2008 (CAE Rev. 3.1). Quebra de série no 1º trimestre de 2011 devido a alterações metodológicas.

var. hom. trimestral = trimestre n / trimestre n-4 var. hom. acumulada = Índice (n) / Índice (n-1) + ... + Índice (n-12) / Índice (n-12) + Índice (n-11) + ... Índice (n-1)

(3) Os índices de produção FEPICOP foram suspensos temporariamente, em virtude de se estar a proceder a ajustamentos na metodologia de cálculo dos mesmos.

Fonte: FEPICOP – Conjuntura da Construção Janeiro 2013



2. EVOLUÇÃO DA H TECNIC – CONSTRUÇÕES, LDA

2.1 Evolução da actividade

(valores expressos em euros)

Evolução da actividade	Período 2012			Período 2011		
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior
Volume de negócios	6 686 747,84	(409 587,47)	(5,77%)	7 096 335,31	1 812 389,94	34,30%
Margem bruta - Valor	349 168,23	(470 111,72)	(57,38%)	819 279,95	459 291,39	127,58%
Margem bruta - %	5,22%	(6,32%)	(54,77%)	11,55%	4,73%	69,46%
Resultado operacional	277 847,85	(441 723,57)	(61,39%)	719 571,42	478 004,47	197,88%

Analisando a evolução do volume de negócios da Empresa, constata-se que este registou uma diminuição em 2012 de cerca de 5,77% face ao exercício de 2011, correspondendo esta variação, em termos absolutos, a um decréscimo de 409.587,47 euros.

2.2 Resultado das operações

Para uma melhor apreciação da evolução da situação económica da Empresa, apresentamos em seguida o resultado das operações dos dois últimos exercícios:


 m

(valores expressos em euros)

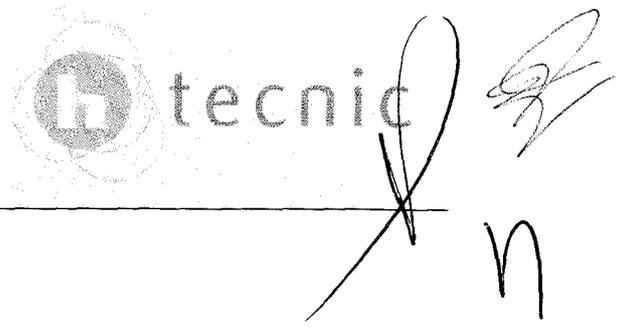
Resultado das operações	Período 2012			Período 2011	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	6 686 747,84	100,00%	(5,77)%	7 096 335,31	100,00%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(6 362 795,61)	(95,16)%	1,39%	(6 275 675,82)	(88,44)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	323 952,23	4,84%	(60,53)%	820 659,49	11,56%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(46 104,38)	(0,69)%	(54,39)%	(101 083,07)	(1,42)%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	277 847,85	4,16%	(61,39)%	719 571,42	10,14%
Resultados financeiros	19 873,27	0,30%	(140,59)%	(48 964,33)	(0,69)%
Resultado antes de imposto (RAI)	297 721,12	4,45%	(55,60)%	670 607,09	9,45%
Imposto sobre rendimento do período	(87 440,51)	(1,31)%	(58,73)%	(211 887,44)	(2,99)%
Resultado líquido do período	210 280,61	3,14%	(54,16)%	458 719,65	6,46%

Observa-se que o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos do exercício de 2012 registou um decréscimo face a 2011 de cerca de 496.707,26 euros. O peso percentual em relação ao volume de negócios diminuiu de 11,56% (em 2011) para 4,84% (em 2012).

Observa-se igualmente que o Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos apresenta um decréscimo de cerca de 441.723,57 euros face a 2011.

O resultado antes de imposto registou uma diminuição de 55,60% face ao exercício de 2011, a que corresponde um decréscimo de cerca de 372.885,97 euros.

Tendo em conta as variações atrás mencionadas, verificou-se uma diminuição de 54,16% nos Resultados Líquidos da H TECNIC face a 2011, a que corresponde, um decréscimo em valor de 248.439,04 euros. Assim, após um ano de 2011 em que a empresa teve uma performance muito positiva, a empresa acabou por sofrer em 2012 os efeitos negativos de um contexto económico fortemente recessivo quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, caracterizado pela quebra abrupta e continuada que se vem sentindo no sector da construção.



2.3 Política de investimento das operações

As políticas e programas de investimentos e desinvestimentos da Empresa estão em consonância com as directrizes estabelecidas no plano estratégico da Empresa e ponderam as perspectivas de crescimento gizadas pelo *Management* em cada estágio de desenvolvimento organizacional.

2.4 Recursos Humanos

No exercício de 2012 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 40 (o número médio de trabalhadores em 2011 foi de 41).

2.5 Situação patrimonial

(valores expressos em euros)

Balço funcional		31.12.2012	31.12.2011
Activos não correntes	1	84 372,10	115 467,26
Passivos não correntes	2	182 210,10	182 210,10
Capitais próprios	3	2 761 845,01	2 617 396,27
Fundo de maneo	4 = 2+3-1	2 859 683,01	2 684 139,11
Caixa e equivalentes de caixa	5	1 384 673,27	1 142 911,73
Dívida financeira corrente	6		
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	1 384 673,27	1 142 911,73
Necessidades cíclicas - Restantes activos correntes	8	4 146 701,97	4 839 197,29
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	2 671 692,23	3 297 969,91
Necessidades de fundo de maneo	10 = 8 - 9	1 475 009,74	1 541 227,38

Como se pode analisar pela apreciação do balanço funcional, a empresa apresenta uma tesouraria líquida positiva, em 2012, de cerca de 1.384.673,27 euros, valor superior em 241.761,54 euros face ao registado em 2011 (cerca de 1.141.911,73 euros).

Não obstante, observa-se que em termos correntes, as necessidades cíclicas superam os recursos cíclicos disponíveis.

A performance da Empresa pode ser traçada pelos seguintes principais indicadores:

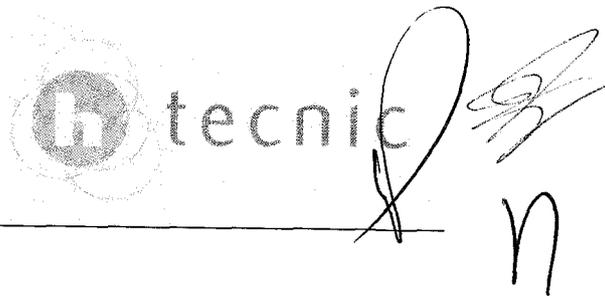
Indicadores de Rentabilidade		31.12.2012	31.12.2011
Rentabilidade dos capitais próprios	R. Líquido/Capitais próprios	7,6%	17,5%
Rentabilidade das vendas	R. Líquido/Volume de negócios	3,1%	6,5%
Indicadores de Estrutura		31.12.2012	31.12.2011
Autonomia Financeira	Capitais próprios/Activo	49,2%	42,9%
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo+I. Minorit.	96,8%	75,2%
Indicadores de Liquidez		31.12.2012	31.12.2011
Liquidez geral	Activo corrente/Passivo corrente	2,1	1,8
Liquidez imediata	Caixa e depósitos + act. fin. correntes e detidos para negociação/Passivo corrente	0,5	0,3

Os indicadores de rentabilidade espelham a diminuição de actividade da H TECNIC, quer em termos de rentabilidade das vendas (3,1% em 2012 *versus* 6,5% em 2011), quer em termos de rentabilidade de capitais próprios (7,6% em 2012 *versus* 17,5% em 2011), devido ao decréscimo observado nos Resultados Líquidos da empresa.

No que concerne aos indicadores de estrutura financeira, observa-se que os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, em 2012, registaram um aumento, por um lado devido à diminuição do Activo (por via de um decréscimo registado na rubrica de Clientes), e por outro devido à diminuição do Passivo (por via do decréscimo acentuado registado na rubrica de Diferimentos).

Em termos dos indicadores de liquidez, observa-se a obtenção de rácios de liquidez geral acima da unidade. A evolução sentida de 2011 para 2012, quer no rácio de liquidez geral, quer no rácio de liquidez imediata, deve-se à diminuição do passivo corrente.

Apesar da empresa ter apresentado níveis de performance operacionais abaixo dos registados do ano anterior, H TECNIC Construções foi capaz de reforçar a solidez da sua estrutura financeira, o que permite auspiciar um



futuro de estabilidade que, não obstante a conjuntura económica difícil, tem caracterizado a actividade da Empresa.

3. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

3.1 Cenário macroeconómico

Perspectiva-se um ano 2013 particularmente difícil para a economia portuguesa em geral e para o sector da Construção em particular. Durante o ano de 2013, a economia portuguesa continuará a ser marcada pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritas e de persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana na área do euro.

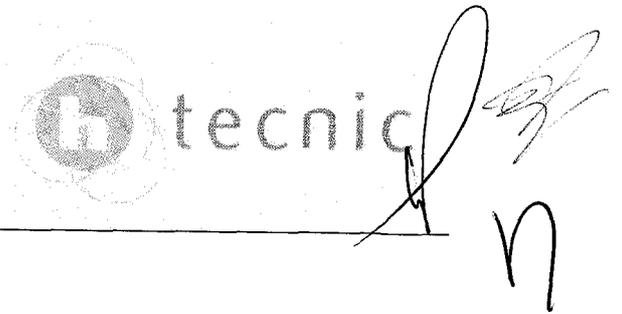
A actual projecção aponta para uma contracção da actividade económica de 1,9 por cento em 2013, a que, se seguiria uma recuperação modesta em 2014. Esta evolução deverá ser marcada por uma forte contracção do rendimento e da procura interna, que se espera contraste com o dinamismo das exportações.

Neste contexto, conforme refere o Banco de Portugal no seu boletim económico de Inverno, as projecções deverão ser descendentes já que a economia portuguesa será afectada pelo impacto negativo da revisão em baixa das perspectivas do crescimento económico mundial, influenciando o crescimento das exportações e consequentemente a actividade económica de Portugal.

O grande desafio para Portugal é promover o desenvolvimento económico, num cenário de implementação de reformas coerentes e de redefinição do papel do Estado, estimulando o investimento, a inovação e o progresso técnico.

3.2 Perspectivas de evolução da Empresa

No que diz respeito à actividade económica, a necessidade de implementação de medidas no âmbito do PAEF para cumprir os exigentes objectivos orçamentais assumidos pelo Estado Português determinam riscos para a actividade económica em 2012 e 2013.



Aqueles riscos interagem ainda com o processo de desalavancagem do sector privado que implica uma alteração significativa das condições de financiamento e o aumento do respectivo grau de restritividade, condicionando o consumo privado e o investimento.

Refira-se que o impacto deste processo na actividade económica dependerá da sua configuração, nomeadamente das suas implicações para a concessão de novo crédito pelo sistema bancário e da capacidade das empresas não financeiras para reestruturarem as suas políticas de financiamento.

Assim em termos de oferta, não se prevê que com o actual excesso de oferta de fogos que se observa no mercado residencial e a tendência para a redução de licenciamentos, haja uma recuperação da actividade deste segmento.

Em termos agregados (privado e público), prevê-se que a produção do segmento da construção registre uma quebra de 15% em 2013 (perspectivando-se quebras de 18% para a construção residencial, 13,8% para a construção não residencial e 14% nas obras públicas).

Perspectiva-se igualmente uma quebra do segmento de Engenharia Civil em 2013, nomeadamente como consequência da suspensão de várias obras que estavam planeadas para serem levadas a cabo.

É neste enquadramento difícil que as perspectivas de evolução da produção no Sector da Construção voltam a ser preocupantes, antecipando-se mesmo uma nova quebra no volume global de produção, que só irá agravar mais a já difícil situação que o Sector atravessa.

Perante estas perspectivas o sector da construção e obras públicas continuará a viver em 2013, um ano de grande contracção, não obstante a H TECNIC possui um vasto know-how acumulado, que lhe permite encarar com confiança os desafios de 2012, baseando-se sobretudo nos segmentos de infra-estruturas e reabilitação de edifícios públicos.

Assim o *Management* e colaboradores continuarão empenhados em assegurar um crescimento sustentável para a Empresa, criando valor para todos os *stakeholders* e, em particular, para os seus accionistas, observando uma grande disciplina estratégica e um forte rigor financeiro e operacional.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Para efeito do disposto no artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informamos que não se registam quaisquer dívidas vencidas a favor da segurança social.

Em observação do Decreto-Lei 543/80 de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que os Resultados Líquidos apurados no exercício no montante de 210.280,61 euros tenham a seguinte aplicação:

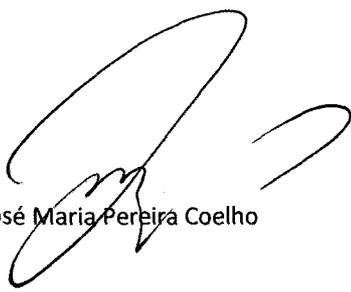
Outras reservas:	210.280,61 euros
------------------	------------------

6. AGRADECIMENTOS

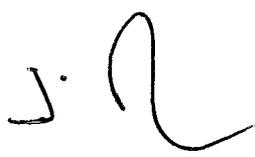
Por fim, queremos expressar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. pelo esforço e dedicação demonstrados e aos nossos clientes, fornecedores e instituições de crédito pela confiança depositada na Empresa.

Lisboa, 7 de Maio de 2013

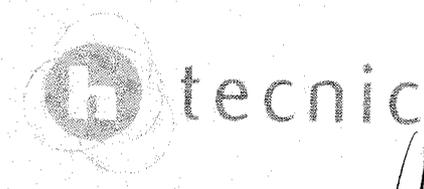
A Gerência:



José Maria Pereira Coelho



João António C. Farinha



[Handwritten signature]

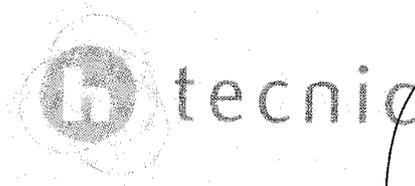
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to be 'D N'.

BALANÇO

**H-TECNIC - Construções, Lda.****BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

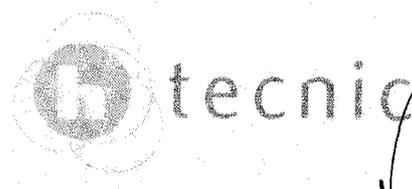
(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2 012	31 Dezembro 2 011
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	84 372,10	115 467,26
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas / sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Outros activos não correntes			
Total do activo não corrente		84 372,10	115 467,26
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	7	-	35,18
Activos biológicos			
Clientes	5 / 11.1	3 157 273,98	3 631 515,04
Adiantamentos a fornecedores	12.1	788 383,03	1 040 411,51
Estado e outros entes públicos	11.2	181 836,58	161 482,65
Accionistas / sócios	11.3	19 208,38	5 752,91
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	1 384 673,27	1 142 911,73
Total do activo corrente		5 531 375,24	5 982 109,02
Total do activo		5 615 747,34	6 097 576,28
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado		240 000,00	240 000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		51 957,00	51 957,00
Outras reservas		1 322 675,81	863 956,16
Resultados transitados		(114 336,85)	(48 504,98)
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		1 051 268,44	1 051 268,44
Interesses minoritários		2 551 564,40	2 158 676,62
Total do capital próprio		2 10 280,61	458 719,65
Total do capital próprio		2 761 845,01	2 617 396,27
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	10	182 210,10	182 210,10
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		182 210,10	182 210,10
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5	2 112 051,69	2 175 184,25
Adiantamentos de clientes	12.1	126 684,65	232 627,05
Estado e outros entes públicos			
Accionistas / sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	11.2	394 134,04	231 795,08
Diferimentos	11.3	38 821,85	658 363,53
Passivos por impostos diferidos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo corrente		2 671 692,23	3 297 969,91
Total do passivo		2 853 902,33	3 480 180,01
Total do capital próprio e do passivo		5 615 747,34	6 097 576,28

O anexo faz parte integrante deste balanço.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS



[Handwritten signature and initials]

H-TECNIC - Construções, Lda.

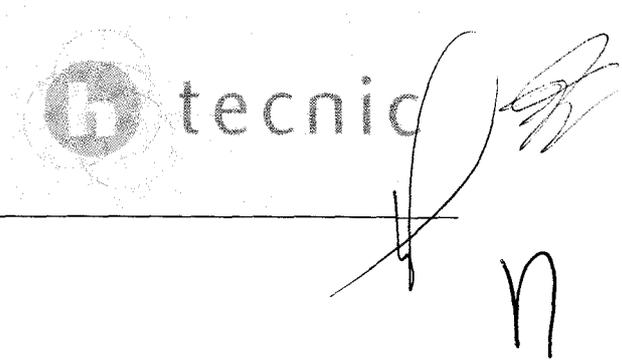
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

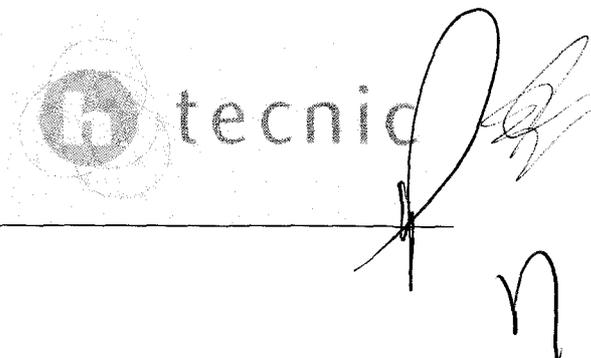
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	5 / 8 / 9	6 686 747,84	7 096 335,31
Subsídios à exploração			
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(566 576,17)	(276 006,29)
Fornecimentos e serviços externos	12.2	(4 240 589,75)	(4 462 432,72)
Gastos com o pessoal	12.3	(1 530 413,69)	(1 538 616,35)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.4	20 551,20	28 418,95
Outros gastos e perdas	12.4	(45 767,20)	(27 039,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		323 952,23	820 659,49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	(46 104,38)	(101 088,07)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		277 847,85	719 571,42
Juros e rendimentos similares obtidos	9 / 5 / 12.5	47 154,78	9 956,32
Juros e gastos similares suportados	12.5	(27 281,51)	(58 920,65)
Resultado antes de impostos		297 721,12	670 607,09
Imposto sobre o rendimento do período	10	(87 440,51)	(211 887,44)
Resultado líquido do período		210 280,61	458 719,65

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

**H-TECNIC - Construções, Lda.**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

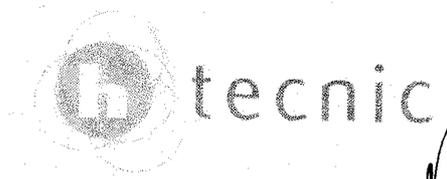
(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados		6 686 747,84	7 096 335,31
Custo das vendas e dos serviços prestados		<u>(6 337 579,61)</u>	<u>(6 277 055,36)</u>
Resultado bruto		349 168,23	819 279,95
Outros rendimentos		20 551,20	28 418,95
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		<u>(91 871,58)</u>	<u>(128 127,48)</u>
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		<u>277 847,85</u>	<u>719 571,42</u>
Gastos de financiamento (líquidos)		<u>19 873,27</u>	<u>(48 964,33)</u>
Resultados antes de impostos		<u>297 721,12</u>	<u>670 607,09</u>
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(87 440,51)</u>	<u>(211 887,44)</u>
Resultado líquido do período		<u>210 280,61</u>	<u>458 719,65</u>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		210 280,61	458 719,65
Interesses minoritários		<u>210 280,61</u>	<u>458 719,65</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO



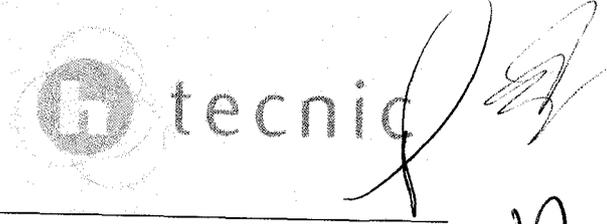
[Handwritten signature]
N

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

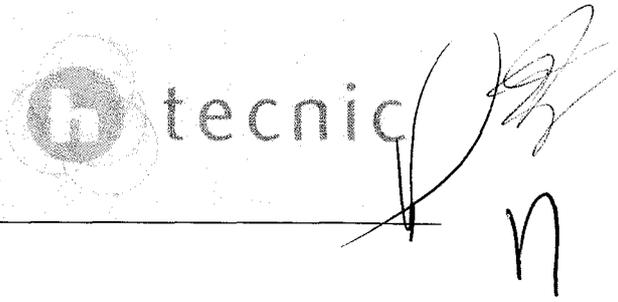
H-TECNIC - Construções, Lda.
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
(Montantes expressos em euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	6 541 447,22	4 907 789,17
Pagamentos a fornecedores	(4 870 298,48)	(3 384 064,59)
Pagamentos ao pessoal	(1 531 724,47)	(1 538 616,35)
Caixa gerada pelas operações	139 424,27	(14 891,77)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(7 186,30)	(597 525,02)
Outros recebimentos / pagamentos	104 624,34	270 671,42
Fluxos das actividades operacionais [1]	236 862,31	(341 745,37)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(15 009,22)	(104 979,97)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos	(15 009,22)	(104 979,97)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis	35,18	
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	47 154,78	9 956,32
Dividendos	47 189,96	9 956,32
Fluxos das actividades de investimento [2]	32 180,74	(95 023,65)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	(27 281,51)	(58 920,65)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	(27 281,51)	(58 920,65)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(27 281,51)	(58 920,65)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	241 761,54	(495 689,67)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 142 911,73	1 638 601,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 384 673,27	1 142 911,73

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.



ANEXO



1. Identificação da entidade

Designação da entidade: H TECNIC – Construções, Lda.

NIF: 506155218

Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

Natureza da actividade: Reabilitação de património e reforço de estruturas.

Designação da empresa-mãe: HCI Construções, SA

Sede da empresa-mãe: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

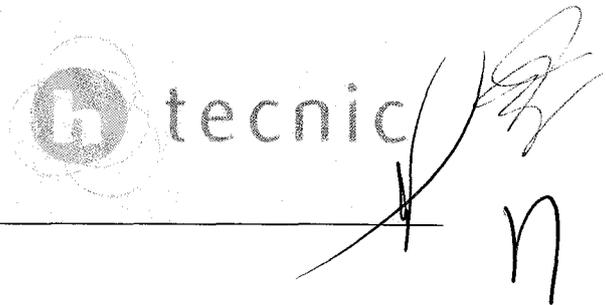
2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);



- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2011, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou as Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

Principais bases de mensuração	Inicial	Subsequente
Activos fixos tangíveis	Custo	Custo menos as depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Rédito	O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.	
Impostos sobre o rendimento	Os impostos sobre rendimentos são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.	
Instrumentos Financeiros	Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios: (i) Clientes: as dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade, (ii) Outras dívidas de terceiros: ao custo, (iii) Fornecedores e de outros terceiros: estas dívidas encontram-se mensuradas pelo método do custo, (iv) Empréstimos: registados no passivo pelo custo, (v) Periodizações: as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos», (vi) Caixa e depósitos bancários: correspondem aos valores imediatamente realizáveis e (vii) Benefícios de empregados: são reconhecidas como gastos no período (incluindo o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte) em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.	
Contratos de construção	O rédito do contrato compreende (i) a quantia inicial de rédito acordada no contrato e (ii) as variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato, até ao ponto em que seja provável que resultem em rédito e estejam em condições de ser fiavelmente mensurados. O rédito do contrato é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o desfecho de um contrato de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito e os custos associados deverão ser imputados aos diferentes períodos de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito e os custos do contrato são reconhecidos na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado.	

As taxas utilizadas correspondem às taxas permitidas e legalmente em vigor, com base na aplicação do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Dezembro, Série I, n.º 177, variando de acordo com os seguintes períodos:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis	-	10-20 anos	1-14 anos	4 anos	3-5 anos	4-10 anos
Taxas de depreciação	-	5,00% - 10,00%	7,14% - 100,00%	25,00%	20,00% - 33,33%	10,00% - 25,00%
Métodos de depreciação	-	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

A moeda de relato utilizada neste anexo é o Euro.

3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

4. Fluxos de caixa

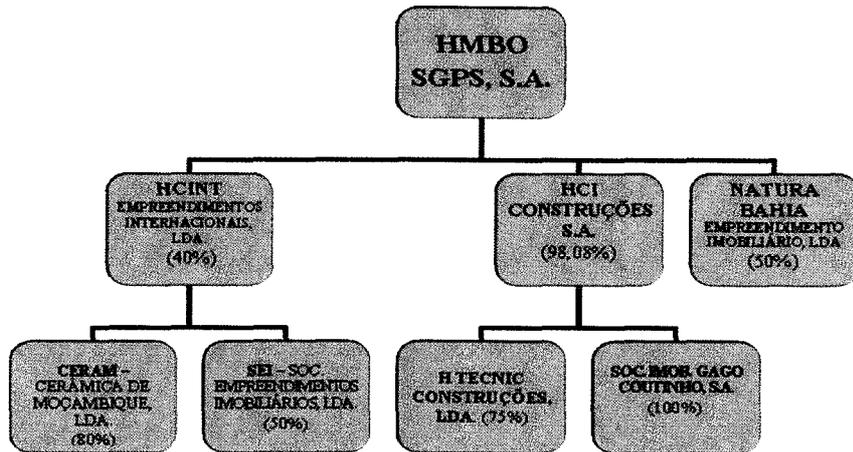
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2012			31.12.2011		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	11 993,95	-	11 993,95	22 082,22	-	22 082,22
	Subtotais	11 993,95	-	11 993,95	22 082,22	-	22 082,22
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1 372 679,32	-	1 372 679,32	1 120 829,51	-	1 120 829,51
	Subtotais	1 372 679,32	-	1 372 679,32	1 120 829,51	-	1 120 829,51
Totais		1 384 673,27	-	1 384 673,27	1 142 911,73	-	1 142 911,73

5. Partes relacionadas

A H TECNIC – Construções, Lda. é uma subsidiária da HCI Construções SA, fazendo parte do Grupo HCI o qual tem a seguinte configuração:



As transacções realizadas com partes relacionadas foram efectuadas nos termos e condições praticados no mercado em concordância com o disposto pelo artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, apresentando o seguinte detalhe:

(valores expressos em euros)

Transacções com as partes relacionadas		Período 2012		Período 2011	
		Prestações de serviços	FSE	Prestações de serviços	FSE
Empresa-mãe	HCI Construções SA	653 772,67	(1 301 901,54)	4 436 095,32	(1 090 319,15)
	Subtotais	653 772,67	(1 301 901,54)	4 436 095,32	(1 090 319,15)
Totais		653 772,67		4 436 095,32	



Os saldos pendentes com as partes relacionadas apresentam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas		Período 2012		Período 2011	
		Saldos pendentes em 31.12.2012		Saldos pendentes em 31.12.2011	
		Cientes	Fornecedores	Cientes	Fornecedores
Empresa-mãe	HCI Construções SA	1 475 340,58	(1 601 131,50)	2 721 957,51	(1 461 245,68)
	Subtotais	1 475 340,58	(1 601 131,50)	2 721 957,51	(1 461 245,68)
Totais		1 475 340,58		2 721 957,51	

6. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e ajustamentos, foi o seguinte:



RELATÓRIO E CONTAS 2012

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Em 01.01.2011	Quantias brutas escrituradas	80 239,97	404 876,11	124 569,03	192 178,91	801 864,02
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(69 781,72)	(337 264,60)	(108 160,06)	(159 232,78)	(674 439,16)
	Quantias líquidas escrituradas	10 458,25	67 611,51	16 408,97	32 946,13	127 424,86
Adições		12 670,96	47 350,00	13 060,42	31 898,59	104 979,97
Alienações, sinistros e abates			(50 464,97)			(50 464,97)
Outras alterações (depreciações acumuladas do abate)			34 615,47			34 615,47
Depreciações		(11 350,23)	(39 576,20)	(10 013,12)	(40 148,52)	(101 088,07)
Perdas por imparidade						
Em 31.12.2011 (01.01.2012)	Quantias brutas escrituradas	92 910,93	401 761,14	137 629,45	224 077,50	856 379,02
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(81 131,95)	(342 225,33)	(118 173,18)	(199 381,30)	(740 911,76)
	Quantias líquidas escrituradas	11 778,98	59 535,81	19 456,27	24 696,20	115 467,26
Adições				13 506,13	1 503,09	15 009,22
Alienações, sinistros e abates		(3 962,45)				(3 962,45)
Outras alterações (depreciações acumuladas do abate)		3 962,45				3 962,45
Depreciações		(3 013,31)	(23 849,16)	(9 421,55)	(9 820,36)	(46 104,38)
Transferência Depreciações Acumuladas						
Em 31.12.2012	Quantias brutas escrituradas	88 948,48	401 761,14	151 135,58	225 580,59	867 425,79
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(80 182,81)	(366 074,49)	(127 594,73)	(209 201,66)	(783 053,69)
	Quantias líquidas escrituradas	8 765,67	35 686,65	23 540,85	16 378,93	84 372,10

7. Inventários

No quadro seguinte apresentam-se as quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2012		2011		
			Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	35,18	35,18			
	Compras	Compras	+	566 540,99	566 540,99	275 971,11	275 971,11
		Devoluções de compras	-				
		Descontos e abatimentos em compras	-				
	Inventários no fim do período	-			35,18	35,18	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	566 576,17	566 576,17	276 006,29	276 006,29	
Perdas em inventários		+					
Ofertas e amostras de inventários		+					
Totais		=	566 576,17	566 576,17	276 006,29	276 006,29	

8. Contratos de construção

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento.

De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros activos correntes ou Outros passivos correntes, consoante a natureza da diferença.



tecnic

RELATÓRIO E CONTAS 2012

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

À data do Balanço, é constituída uma provisão para as perdas estimadas em obras em curso, correspondente à margem negativa por reconhecer e para fazer face aos gastos. Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, é constituída anualmente uma provisão para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos suportados no passado com as obras em período de garantia.

A H TECNIC – Construções, Lda. constituía provisão pelo valor máximo permitido fiscalmente (5%) no entanto com a adopção do SNC, uma vez que não havia no historial gastos incorridos durante o período de garantia, as provisões deixaram de ser reconhecidas na totalidade, não sendo portanto consideradas quaisquer provisões nos exercícios de 2011 e 2012.

Apresenta-se adiante síntese da posição das 3 obras em curso no final do exercício de 2012:

Obra	Custo orçamentado (Euros)	Custo real (Euros)	% Acabamento
472	1 578 063,87	1 417 552,39	90%
493	600 000,00	53 428,87	9%
492	237 450,32	124 764,63	53%

9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros activos correntes ou Diferimentos, consoante a natureza da diferença.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2012			Período 2011		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	6 686 747,84	99,30%	(5,77%)	7 096 335,31	99,86%	34,30%
Juros	47 154,78	0,70%	373,62%	9 956,32	0,14%	(34,66%)
Totais	6 733 902,62	100,00%	(5,24%)	7 106 291,63	100,00%	29,72%

10. Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, a declaração fiscal da Empresa do ano de 2012 poderá vir ainda a ser sujeita a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

(valores expressos em euros)

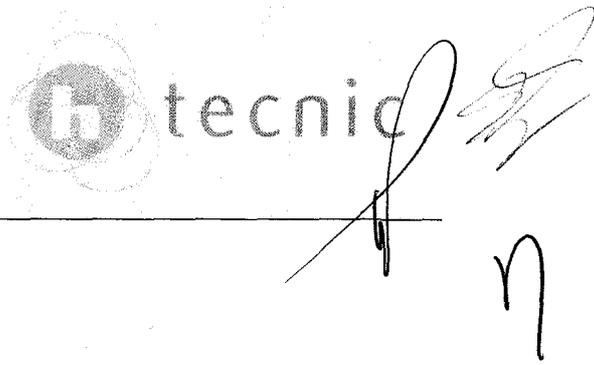
Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Período 2012			Período 2011		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos)	Resultado líquido do período	210 281,12			458 719,65		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	87 440,00			211 887,44		
Resultado antes de impostos		297 721,12	29,37%	87 440,00	670 607,09	31,60%	211 887,44
Ajustamentos para Lucro/(Prejuízo fiscal)		247 882,05			288 621,11		
Lucro/(Prejuízo fiscal)		545 603,17			959 228,20		
Dedução de perdas fiscais							
Matéria colectável / colecta		545 603,17	25,00%	136 400,79	959 228,20	28,33%	271 782,02
Outras componentes do imposto (derrama, tributação autónoma, etc.)				16 671,59			21 222,79
Imposto corrente				153 272,58			293 004,81
Imposto diferido				(65 831,87)			(81 417,37)
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média		297 721,12	29,37%	87 440,51	670 607,09	31,60%	211 887,44

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos		2012			2011		
		Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1					
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	(153 272,58)	(153 272,58)	(277 719,41)		(277 719,41)
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizados retro-ativamente		65 831,87	65 831,87	65 831,87	65 831,87
		Da dedução/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos					
	Imposto diferido	3		65 831,87	65 231,87	65 831,87	65 831,87
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	(153 272,58)	65 831,87	(87 440,71)	(277 719,41)	(211 887,44)
Totais		5 = 1 + 4		65 831,87		65 831,87	

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(valores expressos em euros)

Quantias de activos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			2012			2011			
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período	Saldo no começo do período	Movimentos do período via	
Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Demonstração dos resultados		Outras rubricas do capital próprio					
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias	Anulação das Provisões para Garantia (aplicação da NCRF 19)	(182 210,10)			(182 210,10)	(263 927,47)	81 117,37	(182 210,10)
	Totais		(182 210,10)			(182 210,10)	(263 927,47)	81 117,37	(182 210,10)



11. Instrumentos financeiros

11.1 Clientes

Apresenta-se em seguida reconciliação entre as quantias brutas e líquidas da conta de clientes relativas aos exercícios de 2011 e 2012:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos sujeitos a perdas de imparidade	Periodo 2012				Periodo 2011			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	3 157 273,98			3 157 273,98	3 648 656,29		(17 141,25)	3 631 515,04
Totais	3 157 273,98			3 157 273,98	3 648 656,29		(17 141,25)	3 631 515,04

O detalhe das imparidades e respectivas reversões reconhecidas durante o período encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

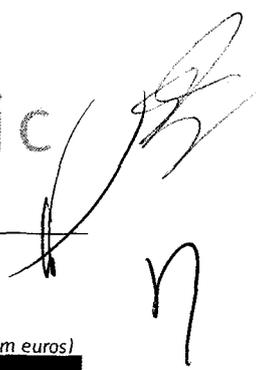
(valores expressos em euros)

Perdas por imparidade	Acumuladas em 01.01.2011	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Acumuladas em 31.12.2011	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Regularização de incobráveis	Acumuladas em 31.12.2012
Clientes	(17 141,25)			(17 141,25)			17 141,25	
Totais	(17 141,25)			(17 141,25)			17 141,25	

11.2 Outras contas a receber e a pagar

(valores expressos em euros)

Outras contas a receber - Corrente			31.12.2012	31.12.2011
Outras contas a receber	Outros Devedores e Credores	Diversos	181 836,58	161 482,65
		Subtotais	181 836,58	161 482,65
	Total		181 836,58	161 482,65



(valores expressos em euros)

Outras contas a pagar - Corrente			31.12.2012	31.12.2011
Outras contas a pagar	Credores por acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	290 763,54	149 452,76
		Outros acréscimos de custos	101 880,59	80 852,41
		Subtotais	392 644,13	230 305,17
	Outros credores	Outros	1 489,91	1 489,91
		Subtotais	1 489,91	1 489,91
	Total			394 134,04

11.3 Diferimentos

Os saldos dos diferimentos (activos e passivos) em 31.12.2011 e 31.12.2012 apresentavam a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Diferimentos Activos			31.12.2012	31.12.2011
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Outros custos diferidos	19 208,38	5 752,91
		Total	19 208,38	5 752,91
Diferimentos Passivos			31.12.2011	31.12.2010
Diferimentos	Rendimentos a reconhecer	Facturação Diferida	38 821,85	658 363,53
		Total	38 821,85	658 363,53

12. Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

O saldo da conta Estados e outros entes públicos (saldo devedor e credor) a 31.12.2011 e a 31.12.2012 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos		31.12.2012	31.12.2011
Saldo devedor	IVA - Imposto a recuperar	713 014,36	1 040 411,51
	IRC - Imposto a recuperar	75 368,67	
	Total	788 383,03	1 040 411,51
Saldo credor	Retenção de impostos sobre rendimentos	105 160,90	63 184,05
	IRC - Imposto a pagar		147 460,18
	Contribuições para a Segurança Social	21 523,75	21 982,82
	Total	126 684,65	232 627,05

12.2 Fornecimentos e serviços externos

A conta fornecimentos e serviços externos referentes ao período de 2012 e 2011 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2012	Período 2011
Subcontratos	2 044 889,81	2 259 553,45
Serviços especializados	1 458 168,63	1 323 796,12
Materiais	57 089,04	69 162,68
Energia e fluidos	71 613,98	102 464,93
Deslocações, estadas e transportes	118 540,96	131 711,86
Serviços diversos	490 287,33	575 743,68
Totais	4 240 589,75	4 462 432,72



RELATÓRIO E CONTAS 2012

12.3 Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	Período 2012	Período 2011
Remunerações Órgãos Sociais	78 408,63	70 566,44
Remunerações do Pessoal	1 248 930,44	1 237 480,89
Encargos com Remunerações	181 667,13	186 236,87
Seguros de Acidentes de Trabalho	11 758,35	26 643,14
Gastos de Acção Social	1 436,50	1 601,12
Outros Gastos com Pessoal	8 212,64	16 087,89
Totais	1 530 413,69	1 538 616,35

No exercício de 2012 a H TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 40 (o número médio de trabalhadores em 2011 foi de 46). Em 31.12.2012, a Empresa apresentava 40 trabalhadores no seu quadro de pessoal.

12.4 Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

As contas Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas apresentaram a seguinte decomposição no período de 2012 e 2011:

(valores expressos em euros)

		Período 2012	Período 2011
Outros rendimentos e ganhos	Excesso de estimativa de imposto	986,92	15 112,30
	Correcções de exercícios anteriores	17 141,25	
	Outros	2 423,03	13 306,65
	Total	20 551,20	28 418,95
Outros gastos e perdas	Correcções de exercícios anteriores	14 804,46	
	Impostos e multas fiscais	7 875,24	20 835,66
	Insuficiência de estimativa		
	Perdas em investimentos não financeiros	15 388,00	
	Outros	7 699,50	6 203,75
Total	45 767,20	27 039,41	

12.5 Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados

As contas de juros referentes ao período de 2012 e 2011 apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

		Período 2012	Período 2011
Juros e rendimentos similares obtidos	Juros e outros rendimentos financeiros	47 154,78	9 956,32
	Total	47 154,78	9 956,32
Juros e gastos similares suportados	Outros gastos e perdas financeiras	27 281,51	58 920,65
	Subtotal	27 281,51	58 920,65
	Total	27 281,51	58 920,65

13. Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2012, existiam garantias de obras prestadas a clientes no valor de 1.909.795,35 euros.

14. Acontecimentos após a data do balanço

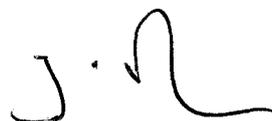
A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 7 de Maio de 2013.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de Dezembro de 2012 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

Técnico responsável

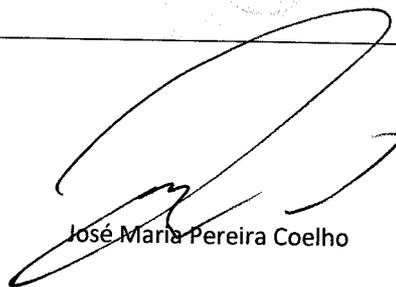
A Gerência



João Paulo Oliveira Batista

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes.

José Maria Pereira Coelho

A large, stylized handwritten signature in black ink, featuring a prominent, sweeping loop at the top.

João António C. Farinha

A handwritten signature in black ink, appearing as a series of connected, fluid strokes.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



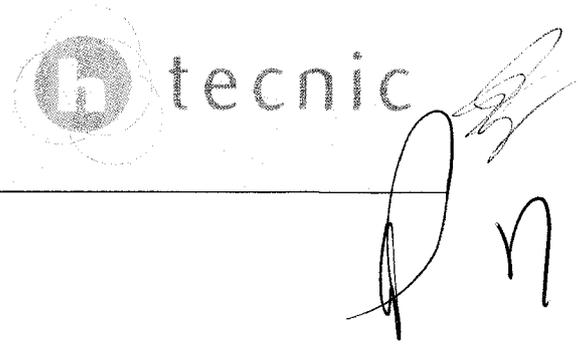
tecnic

RELATÓRIO E CONTAS 2012

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS